

ELEIÇÕES / Ministro do STF, Moraes abre apuração contra o presidente, que divulgou informações sigilosas da PF sobre invasão ao sistema eleitoral em 2018

Bolsonaro investigado por vazamento de informações sigilosas da PF sobre invasão ao sistema eleitoral em 2018

» RENATO SOUZA
» AUGUSTO FERNANDES

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e determinou a abertura de inquérito contra o presidente Jair Bolsonaro por ter publicado, em redes sociais, documentos sigilosos que integram uma apuração em andamento na Polícia Federal. O magistrado também incluiu como investigado o deputado Filipe Barros (PSL-PR) e o delegado que conduzia as diligências na corporação, Victor Neves Feitosa Campos. Os três responderão no inquérito das fake news, sob relatoria do magistrado.

Moraes também determinou que o delegado Victor Campos seja afastado da condução do inquérito, que investiga acessos indevidos ao código-fonte da urna eletrônica. Ele decidiu, ainda, que as empresas de redes sociais, como Facebook e Instagram, devem remover das suas plataformas os conteúdos do inquérito.

Segundo Moraes, os vazamentos podem caracterizar crime de “divulgação de segredo com potencial prejuízo para a administração pública”. Para o magistrado, a atitude de Bolsonaro teve como objetivo reforçar informações falsas sobre fraudes nas eleições, discurso que o presidente intensificou nas últimas semanas, sem apresentar provas.

“Diante desses fatos e levando em consideração que a divulgação de dados de inquérito sigiloso da Polícia Federal pelo presidente da República, através de perfis verificados nas redes sociais, teria o objetivo de expandir a narrativa fraudulenta que se estabelece contra o processo eleitoral brasileiro, com objetivo de tumultuá-lo, dificultá-lo, frustrá-lo ou impedi-lo, atribuindo-lhe, sem quaisquer provas ou indícios, caráter duvidoso acerca de sua lisura, revela-se imprescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados, especialmente no que diz respeito à divulgação de inquérito sigiloso, que contribui para a disseminação das notícias fraudulentas sobre as condutas dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do TSE e contra o sistema de votação no Brasil”, escreveu.

Conforme a decisão, Filipe Barros e o delegado Victor Campos devem ser ouvidos sobre o caso. O integrante da PF também deve sofrer processo administra-

Rosinei Coutinho/SCO/STF - 6/2/20



Moraes: ação pode caracterizar “divulgação de segredo com potencial prejuízo para a administração pública”

Pedido

O pedido de investigação foi apresentado ao STF na segunda-feira. No ofício, os ministros do TSE pediram que Bolsonaro seja investigado “por possível conduta criminosa referente à divulgação indevida de informações sigilosas ou reservadas do Tribunal Superior Eleitoral, com potencial prejuízo para a administração pública”.

Defesa do TSE

O inquérito, até então sigiloso, da Polícia Federal revela acesso de hackers à programação de urnas eletrônicas, em 2018. Após a divulgação de dados da investigação, pelo presidente Jair Bolsonaro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) emitiu nota para destacar que o caso foi amplamente divulgado à época e não representou qualquer risco à integridade daquelas eleições.

tivo, que pode resultar em expulsão do serviço público.

Novos ataques

Mesmo incluído em mais um inquérito, Bolsonaro não retrocedeu. Em live nas redes sociais, ontem à noite, voltou a citar a investigação da PF e alegou que a ação criminosa dos hackers em 2018

passou despercebida pelo TSE. Ele acusou a Corte de ter apagado vestígios que provariam a invasão aos sistemas digitais do tribunal e disse que o inquérito não deveria estar há tanto tempo sem uma solução.

Além disso, Bolsonaro disparou contra Moraes pela abertura da investigação. “Quando seria concluído esse processo, se eu ficasse quieto aqui? Não ia ser concluído nunca. Afastar delegado? Quer intimidar quem? De onde a gente mais espera que venham exemplos, vem truculência, ameaças. Outro inquérito do fim do mundo”, afirmou.

Bolsonaro também sustentou que a invasão criminosa teria sido financiada por partidos de esquerda e que os hackers agiram para tirar 12 milhões de votos obtidos por ele no segundo turno. O presidente, no entanto, admitiu não ter provas das acusações. “A história que chega para a gente era de que o acordo com esses hackers seria de desviar 12 milhões de votos do candidato Bolsonaro. Não tenho provas e não sei se é verdade. É história que estamos apurando. Mas esses 12 milhões de votos não foram suficientes para o outro lado vencer”, afirmou.

Segundo ele, como o suposto desvio dos votos não funcionou para que Fernando Haddad (PT) o derrotasse, a oposição, então, teria dado calote nos hackers. Dessa forma, segundo Bolsonaro, o grupo criminoso teria decidido revelar, ainda em 2018, como invadiram os sistemas do TSE.

4

Número de inquéritos em que Bolsonaro é investigado no STF: suposta interferência na PF, suspeita de prevaricação no caso da compra da vacina Covaxin, ataques ao sistema eleitoral e vazamento de investigação sigilosa da PF

» Anderson Torres na mira de Moraes

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, pediu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) investigue a participação do ministro da Justiça, Anderson Torres, na transmissão ao vivo feita pelo presidente Jair Bolsonaro, no último dia 29, para questionar a segurança das urnas eletrônicas. O pedido foi encaminhado, na terça-feira, ao gabinete do ministro Luís Felipe Salomão, corregedor do TSE. O objetivo é apurar se Torres fez propaganda eleitoral antecipada. Isso porque Torres é cotado para disputar o governo do Distrito Federal nas eleições do ano que vem.

» As medidas

Veja o que definiu o TSE para aumentar a transparência do sistema eleitoral

» **Códigos-fonte** — os programas inseridos na urna para permitir a votação e a totalização dos votos serão abertos aos partidos e técnicos das legendas a partir de 1º de outubro deste ano, com seis meses de antecedência do prazo legal. Agora, as legendas terão um ano para avaliar os softwares que rodam no aparelho. A elaboração dos programas é o único momento em que há manipulação humana nos sistemas eleitorais. Por isso, Barroso convidou as agremiações a participarem do processo desde o início.

» **Inseminação dos programas** — os partidos foram convidados a participar da inseminação dos programas da urna. O objetivo, segundo Barroso, é verificar se os softwares inseridos são os mesmos que foram assinados digitalmente e lacrados.

» **Teste de Integridade** — está sendo feito um estudo, pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE, para aumentar o número de urnas que são auditadas de forma independente durante o Teste de Integridade. O procedimento consiste no sorteio, na véspera da eleição, de 100 urnas aleatórias que serão utilizadas para coletar o voto dos eleitores em cédulas de papel, com o correspondente registro na urna eletrônica, em ambiente controlado e filmado por câmeras.

» **Comissão externa de transparência** — criação de uma comissão externa com membros da sociedade civil e instituições públicas para fiscalizar e acompanhar de perto o funcionamento do sistema eleitoral. De acordo com Barroso, o grupo terá livre acesso a pessoas e equipamentos da Corte para ajudar no planejamento de medidas de transparência e auditar cada etapa do processo eleitoral. Farão parte da comissão professores da área de computação da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de integrantes das entidades Transparência Eleitoral Brasil, Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) e Open Knowledge Brasil (OKBR). Instituições como Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Eleitoral (MPE), Congresso Nacional, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Polícia Federal (PF) e Forças Armadas também terão representantes.

Fonte: TSE



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**

luizazedo.df@dabr.com.br



Ninguém morre de véspera

Todas as vezes que se discutem reformas eleitorais na Câmara, o que determina o seu desfecho são os cálculos eleitorais da maioria dos deputados, empenhados na própria sobrevivência, muito mais do que os projetos partidários. Não são as contas do Palácio do Planalto nem dos donos dos partidos, ainda que controlem os recursos financeiros das legendas. É como naquela fábula já citada algumas vezes: “Não se convida os perus para participar da ceia de Natal, eles sabem que vão morrer”.

Talvez seja essa a explicação da resiliência das eleições proporcionais e das dificuldades para acabar com as coligações proporcionais, aprovadas na noite de quarta-feira. Ontem, mais uma decisão importante foi tomada: a criação das federações partidárias.

Nesse desfecho, um personagem muito importante foi o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que manobrou nas votações para impedir a aprovação do Distrito, que seria uma solução radical para salvar os mandatos da maioria dos atuais deputados. A moeda de troca foi a volta das coligações proporcionais, que haviam sido proibidas na reforma eleitoral passada, apesar de terem sido testadas nas eleições municipais de 2020. As vésperas do ano eleitoral, a maioria dos deputados voltou do recesso legislativo convicta de que não conseguiria votos de legenda suficientes para se reeleger, mesmo estando entre os mais votados e com o balaio cheio de emendas parlamentares.

A expressão “Mateus, primeiro os teus”, de origem bíblica, parece ter mobilizado Lira. A pressão de sua base para derrubar a proibição das coligações foi irresistível. Usada como derivação popular, por causa da rima, a expressão faz todo o sentido. Cobrador de impostos em Cafarnaum, na Judeia, pelo fato de ser judeu e servir aos romanos, Mateus sofria muita hostilidade. O conselho de Jesus ao discípulo teria sido o seguinte: “Hipócrita! Tira primeiro a trave do teu olho e, então, poderás ver com clareza para tirar o cisco do olho de teu irmão”. Trocando em miúdos, o presidente da Câmara sabe que precisa liderar a Casa. A maioria de seus aliados está em risco eleitoral. A saída foi aprovar a federação de partidos, para facilitar a montagem das chapas de candidatos a deputados federais.

Aprovado por 304 votos a 119, o projeto de lei agora vai à sanção. Permite a duas ou mais legendas se unirem em uma federação partidária e atuarem de maneira uniforme em todo o país. O texto já tem aval do Senado e segue para o presidente Jair Bolsonaro. Se não houver vetos, a federação de partidos permitirá a união de siglas com afinidade ideológica e programática, sem que seja necessário fundir os diretórios. A regra deve ajudar partidos menores a alcançar a chamada “cláusula de barreira”, criada para extinguir legendas que não tenham um desempenho mínimo a cada eleição.

Montagem de chapas

Com isso, a cláusula de barreira seria calculada para a federação como um todo, e não para cada partido individualmente. Entretanto, uma vez constituída a federação, os partidos a ela filiados deverão permanecer juntos por pelo menos quatro anos. Após registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a federação atuará como se fosse uma única agremiação partidária. Ou seja: seguirá as mesmas regras que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária; os partidos terão a identidade e a autonomia preservadas; e a aliança terá abrangência nacional.

A ideia de acabar com as coligações partidárias, mantendo a cláusula de barreira, para reduzir o número de partidos, tem amplo apoio na opinião pública e nos meios acadêmicos, mas esbarra na realidade eleitoral dos estados, nos quais houve ampla fragmentação nas eleições municipais. Os grandes partidos, com muitos recursos, e os governadores, principalmente, passariam a dar todas as cartas na montagem das chapas. A realidade eleitoral nos estados, porém, foi mais forte. Está sendo difícil montar as chapas completas, devido à necessidade de grande número de candidatos, mesmo nos grandes partidos. A vantagem estratégica daqueles que já tem mandato, devido aos recursos do fundo eleitoral e às emendas parlamentares, espanta os candidatos competitivos, que não querem disputar uma eleição sem paridade de meios.

Veio daí a rebelião dos perus. Ninguém quer morrer de véspera já tendo mandato.

Mais transparência para urnas eletrônicas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, anunciou novas medidas para aumentar a transparência das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral. De acordo com o ministro, o acesso ao código-fonte, usado no pleito, será permitido a partir de outubro deste ano, ou seja, seis meses antes do prazo legal. Além disso, será criada uma comissão externa para acompanhar o processo de votação. Nesse grupo estarão representantes de partidos políticos, pesquisadores e integrantes das Forças Armadas.

As medidas (veja quadro) ocorrem após a Câmara rejeitar a proposta que pretendia instituir o voto impresso. Barroso alertou, nas últimas semanas, que o retorno da cédula de papel, paralelo ao eletrônico, representaria a volta de fraudes e irregularidades constatadas nas décadas passadas.

“Não há como fraudar o programa, uma vez lacrado. E nós queremos fazer isso com a participação e na frente de todos os partidos políticos, além do Ministério Público e da Polícia Federal, que já participam nor-

malmente desse momento”, frisou o magistrado.

A Polícia Federal, o Ministério Público e as Forças Armadas já atuavam na fiscalização, logística e segurança das eleições. “Não vinham participando (os partidos) porque confiam e, agora, deveriam participar simplesmente para eliminar a narrativa falsa de que as coisas não são transparentes”, enfatizou.

As ações tomadas para aumentar a transparência, de acordo com o presidente da Corte, visam destacar a lisura do processo, mas, conforme frisou, alguns agem de forma dolosa, com o objetivo de colocar a eleição em dúvida. “Para a má-fé, nós não temos solução. Combatemos o ódio e os ataques descontrolados com amor ao Brasil, verdade, transparência, educação e respeito ao próximo, porque este é o país que nós queremos”, completou.

Mais tarde, nas redes sociais, Barroso publicou: “No início da sessão, expliquei às pessoas de boa-fé que o TSE é contra o voto impresso porque ele faria mal à democracia e ao sistema eleitoral”. (RS)